

O RIO GRANDE QUER SE DESENVOLVER

O novo ciclo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul será feito com participação popular, controle público e a construção de uma agenda com um novo padrão de desenvolvimento com base nos setores da nova economia e na ampliação das matrizes produtivas gaúchas com novas tecnologias como biotecnologias, automação, jogos digitais, nutracêutica, biotecnologia, aeroespacial e carboquímica. A revitalização e valorização do Serviço Público Estadual e o pagamento dos salários em dia.

Para este novo ciclo é necessário: promover a internacionalização de empresas, ampliar as parcerias comerciais e tecnológicas e fortalecer os mecanismos de atração de investimentos produtivos. Consolidar a implantação/expansão da Indústria Oceânica, Eólica, Medicamentos e Equipamentos Hospitalares. Investir na criação de um arranjo produtivo de produção de tecnologias e serviços ambientais e ampliar os Arranjos Produtivos Locais – APL.

A superação da crise precisa de um programa emergencial que contemple a luta pelo ressarcimento das perdas decorrentes da Lei Kandir: são R\$ 4 bilhões ao ano, decorrentes da desoneração dos produtos primários e semi-elaborados na exportação. Vamos requerer junto à União a retomada do Polo Naval; o investimento em 2,1 mil km de linhas de transmissão, oito subestações e ampliação de 13 unidades existentes (resultado do leilão vencido pela Eletrosul em 2014) para viabilizar o escoamento de um montante adicional de cerca de 10 GW de diversas fontes de energia; e a extensão da Ferrovia Norte Sul até Rio Grande. Será iniciado um processo de expansão sustentada da produção industrial com o fortalecimento das indústrias de baixa e média intensidade tecnológica; o incentivo para o aumento da indústria de média-alta e alta intensidade (fármacos e eletrônicos). Para isso será preciso desempenhar uma política de investimento colocando o Bannisul, BRDE e Badesul como prioridade para o financiamento de projetos de Inovação das empresas.

É preciso avançar na Política de Desenvolvimento Econômico com a diversificação da estrutura produtiva para tornar a economia do Rio Grande forte e gerar empregos. Assim, será possível tornar o estado uma referência em inovação e desenvolvimento sustentável. Com o propósito de apoiar diretamente o desenvolvimento econômico através de investimentos em transporte (hidrovias, ferrovias, estradas), energia e comunicações (banda larga, infovias).

O trabalhador e a trabalhadora devem ser o centro da política pública de um governo que seja democrático. Vamos comandar a luta nacional pela retomada dos direitos e a restauração da política de valorização do Piso Regional; a garantia de mesa de diálogo permanente com as representações sindicais. O fortalecimento de políticas de incentivo às trabalhadoras e trabalhadores com ações de assistência e proteção social. As propostas para valorização das trabalhadoras e trabalhadores serão transversalizadas com áreas estratégicas como a área de desenvolvimento regional rural, as áreas de Direitos Humanos, combate ao racismo e juventude.

O RIO GRANDE COM PARTICIPAÇÃO POPULAR RECUPERANDO AS FUNÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO

O estado do RS precisa recuperar sua função pública, temos as melhores experiências de democracia participativa na nossa história. Assim, reafirmaremos desde o primeiro dia de governo os processos de gestão participativa e popular com a organização de nossos conselhos, secretarias e, principalmente, com o orçamento participativo. Para isso, será implementado um processo de democracia direta, voluntária e universal nas Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e nos municípios do RS. Outra

importante estratégia será a revisão da extinção das fundações com investimento e qualificação na produção do conhecimento, em pesquisa, ciência e tecnologia; a busca de soluções e novas formas de financiamento do passivo anual da previdência pública; e a valorização e o fortalecimento da PROCERGS como empresa estratégica no macrossetor de TI, TICs e internet para o desenvolvimento local e regional. Para recuperação das funções públicas do estado será preciso combater os privilégios, não é justo que enquanto a grande maioria dos servidores tem seus salários permanentemente atrasados, alguns poucos recebam benefícios ilegais. Não é justo que enquanto os servidores não têm reajuste, os secretários do governo atual tenham recebido um reajuste de 64,2%. O pagamento de auxílio moradia a juízes, procuradores, conselheiros do Tribunal de Contas e outros deve ser debatido pela sociedade. Além disso, todos os servidores têm que ter direito a receber em dia.

O RIO GRANDE QUE AFIRMA OS DIREITOS E A CIDADANIA

A nova era de afirmação dos direitos e da cidadania no Rio Grande do Sul vai assegurar o papel fundamental das políticas públicas de direitos humanos na condução de todas as ações do estado e a garantia do livre direito à expressão e a manifestação. Para isso, serão reinstituídos e fortalecidos os Conselhos Estaduais de Direitos; a retomada da política de promoção da igualdade racial; e a reativação do Programa “Rio Grande do Sul sem LGBTfobia” de forma transversal com as demais áreas do governo. Assim, vamos garantir os espaços institucionais e políticas públicas que promovam a cidadania plena das mulheres, negras e negros, quilombolas, indígenas, jovens, pessoas idosas, LGBTs e pessoas com deficiência. Vamos recriar a Secretaria de Política para as Mulheres.

O enfrentamento aos altos índices da mortalidade de jovens, principalmente da juventude negra, será feito com a criação de Centros de Referência de Juventude nas comunidades e dos Centros POD Juventude vinculados aos Territórios de Paz, com o desenvolvimento e projetos vinculados à cultura, arte, esporte e cursos profissionalizantes. A acessibilidade universal será um princípio para a igualdade dos direitos e promoção da cidadania. Para isso, a FADERS será fortalecida enquanto coordenadora das políticas públicas para pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades.

O RIO GRANDE COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXPANSÃO DAS MATRIZES ENERGÉTICAS

A reestruturação da Secretaria de Minas e Energia será uma estratégia para garantir o planejamento e realizações de importantes projetos para o setor como: a implementação do Polo Carboquímico; o Polo de Energias Limpas: eólica e fotovoltaica. O aumento da geração de energia elétrica no Estado para conquista da autonomia e a venda de excedentes. Também são estratégias para esta área: expandir a matriz energética a partir da energia solar, eólica e biomassa; incentivar a implantação de novos parques e promover um programa de PCTs (Pequenas Centrais Termelétricas) através da queima de casca de arroz e resíduos de madeira; atrair empresas com tecnologia para fabricação de carros elétricos; o fomento às cooperativas de energias renováveis e linhas de financiamento específicas para o setor, além de garantir a proteção e a gestão pública da água e de saneamento básico.

O RS QUE FORTALECE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O fortalecimento das cadeias produtivas no território do estado será feito com Políticas de Desenvolvimento Regional e o diálogo permanente com o setor agropecuário por meio de

suas representações. A recuperação orçamentária da SDR e da SEAPI vai garantir: a criação de um sistema estadual de pesquisa agropecuária; a recuperação dos programas de desenvolvimento do cooperativismo e associativismo através dos bancos públicos. Agroindustrialização das grandes cadeias alimentares e da agroindústria familiar; a qualificação da infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos; o incentivo aos circuitos curtos de produção, distribuição e comercialização de alimentos com políticas de abastecimento regional; retomada e ampliação do Programa Agroecológico Integrado Sustentável (PAIS); promover alimentação saudável e democratização da terra; a manutenção e ampliação do programa de fomento à inclusão produtiva para povos e comunidades tradicionais; a ampliação e qualificação de programas estratégicos para o campo como a armazenagem de água e a irrigação; e a implantação de uma política estadual de redução de agrotóxicos e criação de ações com objetivo de proteger as sementes crioulas e a agrobiodiversidade

O RS QUE QUALIFICA O SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Nosso Estado nunca passou por problemas tão sérios de administração na área da Saúde Pública como hoje em dia. O Governo precisa atender aos seus compromissos constitucionais com o Sistema Único de Saúde, garantindo que o nível de investimento nessa área nunca seja inferior a 12% da arrecadação. O investimento precisa ser dirigido às várias competências estaduais nesse campo, especialmente para a criação dos Centros Regionais Especializados Multiprofissionais - CEM, que serão voltados a ampliar o atendimento de demandas e procedimentos especializados.

O Estado precisa voltar a cuidar do seu povo, dando a todos, pleno acesso aos serviços públicos essenciais, sem discriminação ou privilégios, promovendo a saúde nos campos da prevenção, tratamento, readaptação e no fornecimento dos medicamentos necessários. A saúde é uma obrigação constitucional do Estado, que não pode se omitir, obrigando o povo a depender de planos privados de alto custo. O Governo estadual não vem atendendo minimamente esses compromissos, e as mudanças são urgentes.

O RIO GRANDE QUE TEM EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

A Educação precisa ser uma prioridade absoluta de governo, pois sem ela o Estado não tem perspectivas. Assim, o trabalho do Estado começa na base, reduzindo os níveis de evasão e repetência escolar; a valorização do corpo docente, a remuneração adequada aos Professores e servidores sem atrasos nos pagamentos; e a constante qualificação profissional. Por outro lado, a segurança nas escolas precisa receber uma atenção especial. Por isso, nosso governo vai instituir o Batalhões de Policiamento Escolar Comunitário (BPEC), voltados exclusivamente para a segurança das escolas e universidades.

Mas também será necessária uma verdadeira operação de resgate, para recuperar fisicamente todas as escolas que foram completamente abandonadas à própria sorte pelo Governo atual. Para isso, será necessário um grande investimento ao longo de dez anos, por meio do Fundo para Sustentação do Plano Estratégico de Recuperação da REE-RS. Além disso, o Governo precisa valorizar a UERGS enquanto Universidade Pública de referência, priorizando seus vínculos regionais e sua descentralização.

O RIO GRANDE QUE VENCE O MEDO E ENFRENTA O ÓDIO

Vivenciamos hoje no país um forte avanço dos discursos de ódio e preconceito, que são especialmente notáveis em nosso Estado. O Estado precisa agir imediatamente,

enfrentando, prevenindo e punindo o feminicídio, os homicídios, latrocínios, roubos e demais formas de crimes violentos. O Governo do Estado não pode atuar sozinho nessa área, sendo necessária a implantação de um Pacto Estadual de Enfrentamento, por meio do qual se articulem transversalmente e com a sociedade as diversas ações de Segurança Pública.

Para o sucesso dessas ações é preciso desenvolver uma política de valorização, formação e qualificação dos Servidores e Servidoras da Segurança Pública (BM, PC, IGP e SUSEPE), investir no plano de ingresso de novos profissionais, reequipar os órgãos de segurança e fortalecer os serviços de inteligência e investigação. O imediato enfrentamento dos gravíssimos problemas existentes no sistema carcerário também precisa ser feito, pois se trata de uma situação que já se encontra em níveis insustentáveis. Igualmente, precisa retomar e fortalecer o policiamento ostensivo comunitário, incluindo escolas com indicações de violência e tráfico de drogas.

O RIO GRANDE QUE GARANTE O DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

O Estado que queremos não se limita aos padrões mínimos defendidos pelo liberalismo econômico. Um governo com compromisso com as trabalhadoras e os trabalhadores tem a tarefa de desenvolver medidas que visam garantir ao povo gaúcho o direito de acesso aos bens da cultura, à leitura, à fruição das artes, à valorização dos espaços públicos, ao fortalecimento dos diversos espaços culturais, entre outros. Também é necessário investir no turismo de fronteira (de compras e cultural), no turismo rural, no enoturismo e no turismo de natureza, diversificando a oferta nacional e internacional, gerando emprego, renda e difundindo saberes.

Nosso Governo propõe resgatar o Plano Estadual de Cultura com Colegiados Setoriais e assegurar os recursos do FAC (Fundo de Apoio à Cultura), retomar e valorizar as culturas populares — nomeadamente a cultura negra, da capoeira, do hip-hop e do carnaval de rua. Compromete-se também com a formulação e a implementação de Políticas Culturais, inserindo-as entre as suas ações prioritárias, como estratégia de combate à violência da juventude da periferia e na qualificação da educação pública.

O RIO GRANDE DO SUL À FRENTE DA REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BRASIL E LIDERANDO UM NOVO PACTO FEDERATIVO

O Estado Nacional está sob ataque político. Para isso, precisamos formar uma forte resistência pelo restabelecimento da democracia no Brasil e lutar pela Liberdade de Lula, cuja prisão política tem sido utilizada como forma de fraudar a Soberania Nacional, a Democracia e autonomia dos Estados. No âmbito do Governo do Estado, vamos lutar por um novo ciclo de políticas culturais, sociais e econômicas; vamos radicalizar o movimento de articulação entre o governo estadual, federal e municipal, rever a negociação da dívida e as imposições a ela relativas; vamos também lutar pela revogação E.C. 95/2016, que congela os investimentos públicos por 20 anos, jogando o país em um retrocesso sem igual. Para que isso tudo possa acontecer, é fundamental a garantia da Democracia e da participação popular, com a imediata revogação das medidas privatistas e autoritárias do Governo atual, defender e fortalecer os meios de comunicação alternativos.